



**CONTRATO Nº ...../21**

**PAD Nº 10962/2018**

**MINUTA DO CONTRATO  
ANEXO VIII**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
que entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa**

.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666/93, de 21.06.93 e demais normas pertinentes, e em conformidade com o Termo de Abertura de Licitação nº 03/2021, protocolado neste Tribunal sob PAD nº 10962/2018, PE nº...../2021, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no **CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no CNPJ nº ....., com sede ....., neste ato representada pelo Sr....., portador do CPF nº ....., doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para realizar serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), para o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (prédio-sede, Fórum Eleitoral de Curitiba e Cartórios Eleitorais do Paraná), obedecendo às regras de portabilidade, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral e também conforme as especificações técnicas, condições, quantidades e detalhamentos descritos no Edital de Licitação, Termo de Referência, anexos e neste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO INÍCIO DOS SERVIÇOS**

**2.2** - Todos os itens licitados deverão estar efetivamente operantes na data de início da prestação dos mesmos, ou seja, deverão ter início até o dia 09/08/2021, impreterivelmente, tendo em vista a finalização da vigência do atual contrato emergencial em 08/08/2021.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1** - A descrição dos serviços a serem contratados consta nos itens 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3 e 2.2.4 do Termo de Referência - Anexo I.

**3.3.1** - A contratação será firmada em lote único.

**3.2** - Em relação à prestação de serviços, a Contratada deverá:

**3.2.1** - Cumprir as regras ora estabelecidas, bem como aquelas divulgadas pela ANATEL e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem contratados.

**3.2.2** - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo TRE/PR, atendendo de imediato as reclamações, através de um consultor especialmente designado para acompanhamento do objeto contratado, dando **preferência ao e-mail como principal canal de comunicação**.

**3.2.3** - Tão logo constatado qualquer fato extraordinário ou anormal na execução do serviço contratado, levar ao conhecimento do Gestor e Fiscal do contrato.

**3.2.4** - Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados.

**3.2.5** - Prestar o serviço 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela Anatel.

**3.2.6** - Fornecer número telefônico (0800 ou outro da própria operadora) para registro das reclamações ou dúvidas técnicas sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento de 24 (vinte e quatro) horas por 07 (sete) dias da semana, principalmente com relação ao item 2.2.1 letra "c" do Termo de Referência - Anexo I.

**3.2.7** - Atender aos chamados dentro de 24 (vinte e quatro) horas úteis a partir da abertura do mesmo.

**3.2.8** - Atender em no máximo 05 (cinco) horas os chamados compreendidos no período eleitoral (considerar-se-á período eleitoral de 01 de julho a 30 de novembro nos anos em que houver eleição).

**3.2.9** - **Garantir a portabilidade de todos os números atualmente utilizados pelo TRE/PR, contidos no Anexo II, sem qualquer custo ao Contratante.**

**3.2.10** - A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte o objeto contratado, sendo vedada, portanto, a subcontratação.

**3.3** - A quebra ou violação do sigilo telefônico e de dados, a qualquer momento, ensejará a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

**3.4** - A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

**3.5 - Dos serviços de voz:** A prestação dos serviços se dará pelo uso da tecnologia mais avançadas (GSM, 4G, CDMA, TDMA) ou as que venham substituí-las,

sendo que a CONTRATADA, a qualquer tempo, deverá prover os recursos necessários para a execução do objeto, conforme a seguir:

a) Os aparelhos de telefonia deverão entrar em roaming de forma automática, sem qualquer interveniência do usuário, em todo o território nacional.

b) Deverá ser aplicada tarifa única para todos os horários nas ligações, ou seja, os preços cotados para os serviços deverão ser os mesmos, independentes do horário ou distância das chamadas originadas, VC1, VC2 ou VC3.

c) O faturamento das linhas móveis da Sede do TRE/PR deverão ter preços fixos mensais, visto que o pacote de voz e SMS são ilimitados, bem como o pacote de dados é definido em 10GB, conforme detalhado no item 2.2.1 do Termo de Referência – Anexo I, letras “a” e “b”.

d) O faturamento dos 186 chips de dados, item 2.2.3 do Termo de Referência – Anexo I, também deverá ter preço fixo mensal tendo em conta que o pacote de dados contratados está determinado na quantidade de chips e também no que se refere ao pacote de dados a ser compartilhado.

e) Os serviços intra-grupo “zero” devem ser disponibilizados nos casos de ligação móvel local - VC1 (na mesma área de código do equipamento habilitado), originada dentro da Área de Mobilidade da Operadora Contratada, destinada aos equipamentos móveis fornecidos pela prestadora ao contrato.

f) Os serviços relativos ao período eleitoral devem ser faturados em separado.

**3.6** - Os aparelhos telefônicos deverão ser fornecidos em regime de comodato, conforme item 2.2.1 do Termo de Referência – Anexo I, e seu prazo de entrega será de 30 (trinta) dias da data de assinatura do contrato.

**3.6.1** - A Contratada deverá providenciar o upgrade (troca) dos aparelhos em comodato, por modelo equivalente ou superior as características contratadas, **na proporção de 10% decorridos 24 (vinte e quatro) meses do contrato e o restante na eventual renovação contratual.**

**3.6.2** - Os aparelhos telefônicos devem ser entregues na Seção de Apoio Administrativo do TRE/PR.

**3.7** - Os 186 chips de dados para as Zonas Eleitorais (item 3 da licitação) deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (dias) da data da assinatura do contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**4.1** - Disponibilizar, sem ônus ao contratante, os serviços de:

- a) Taxas de habilitação;
- b) Adicionais de chamada (AD) e de deslocamento (DSL) em roaming em todo o território nacional;
- c) Conferência;
- d) Desvio de chamada (siga-me);
- e) Identificador de chamadas;
- f) Chamada em espera;

- g) Registros de chamadas não atendidas;
- h) Bloqueios de chamadas, mensagens de texto, MMS, SMS;
- i) Caixa postal com acesso gratuito.

**4.2** - Disponibilizar ferramenta de gestão, via Web, que permita à Contratante administrar o perfil de cada linha visando à racionalização da utilização dos serviços.

**4.3** - Repassar ao TRE/PR, durante o período de vigência do contrato, todos os preços e vantagens ofertados ao mercado, para clientes de perfil e porte similares aos da Contratante, sempre que esses forem mais vantajosos do que os oferecidos à Contratante.

**4.3.1** - A Contratada deverá repassar ao TRE/PR os eventuais descontos promocionais, porventura oferecidos ao mercado, para clientes de perfil e porte similares ao do TRE/PR, independente de solicitação deste, sempre que aqueles forem mais vantajosos que os descontos decorrentes desta contratação.

**4.4** - A Contratada deverá indicar preposto, aceito pelo Órgão, para representá-la administrativamente sempre que for necessário durante o período de vigência do contrato.

**4.4.1** - A comunicação entre o preposto/responsável técnico-administrativo e o gestor/fiscal do contrato deverá ser feita, preferencialmente, via e-mail.

**4.4.2** - O preposto deverá prestar as informações e os esclarecimentos solicitados em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação da Contratante.

**4.5** - Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem à Contratante ou a terceiros, decorrentes da incompatibilidade de ação ou omissão culposa, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo inteiramente o ônus decorrente.

**4.6** - Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações telefônicas decorrentes da contratação, considerando os recursos disponibilizados pela Contratada, mas respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.

**4.7** - Fornecer código de acesso para eventuais contatos, esclarecimentos ou registro das reclamações sobre o mau funcionamento, defeitos, interrupções, ainda que intermitentes, dos serviços contratados. O atendimento da Contratada, nesse sentido, terá de estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.

**4.8** - Deverá manter para a recepção dos pedidos de ordem técnica um número de telefone fixo e e-mail. No caso de mudança dos profissionais envolvidos, a Contratada deverá comunicar de imediato ao TRE/PR.

**4.9** - Disponibilizar, mensalmente e sem ônus, via mídia eletrônica ou internet/e-mail (saa@tre-pr.jus.br), o relatório mensal de tarifação, de forma a permitir que se faça, com facilidade, a interpretação dos dados com os valores grafados, de maneira idêntica à fatura respectiva (faturas mensais detalhadas por linha telefônica e outros pacotes contratados).

**4.10** - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados ou terceiros no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que aconteçam em dependências da Justiça Eleitoral.

**4.11** - Levar, imediatamente, ao conhecimento da Seção de Apoio Administrativo do TRE/PR, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.

**4.12** - Cumprir as regras ora estabelecidas, bem como aquelas divulgadas pela ANATEL e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços contratados.

**4.13** - Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados e, atender dentro de 24 (vinte e quatro) horas às solicitações da Contratante, corrigindo após notificação qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados.

**4.14** - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

**4.15** - Implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz.

**4.16** - A contratada deverá responder por quaisquer interferências de estranhos nos acessos em serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação, garantindo o sigilo e a inviolabilidade das conversações realizadas através dos serviços, objeto desta licitação, mantendo serviço contra fraude 24 (vinte e quatro) horas por dia, com detecção de clonagem, tomando as devidas providências, caso essa venha a ocorrer, oferecendo condições de uso ininterrupto.

**4.17** - Assumir a responsabilidade por clonagem ou subscrição que porventura venham a ser identificadas nas linhas habilitadas, inclusive quando em roaming nacional e/ou internacional, sem nenhum prejuízo para a Justiça Eleitoral do Paraná.

**4.18** - No caso de consórcio e/ou subcontratação de serviços, a empresa líder deverá se responsabilizar integralmente pela prestação de serviços.

**4.19** - Os serviços prestados deverão ser de primeira qualidade, atendendo às normas do Código de Defesa do Consumidor.

**4.20** - Reparar ou substituir qualquer aparelho móvel que apresentar defeito, sem nenhum ônus para o TRE/PR, se comprovado que o defeito não foi ocasionado por mau uso. A substituição ou reparo do aparelho que apresentar defeito de fábrica deverá ocorrer no prazo de até 07 (sete) dias pela contratada e, após, pelo período de até 12 (doze) meses pelo fabricante.

**4.21 - Da sustentabilidade.** A Contratada deverá manter-se, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com o cumprimento das normas da ANATEL que levam a utilização de conceitos de sustentabilidade ambiental.

**4.21.1** - A Contratada deverá cooperar para com o desenvolvimento da política ambiental da Contratante relacionada às boas práticas ambientais, devendo recolher, após 60 (sessenta) dias do encerramento do contrato, todos os aparelhos fornecidos em comodato que não mais estiverem em uso pela administração, dando-lhes a correta destinação.

**4.21.2** - Caso a Contratada não providencie o recolhimento mencionado no item acima, o desfazimento será efetuado pelo próprio Tribunal, devendo este ser ressarcido de eventuais despesas que o tiver para a correta destinação de aparelhos celulares e suas baterias.

**4.22** - Manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

## CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**5.1** - A despesa com o presente instrumento correrá:

Programa de Trabalho: .....

Nota de Empenho: .....

Elemento da Despesa: .....

Categoria Econômica: Custeio.

Siasg: 26387

## CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

**6.1** - O presente contrato vigorará pelo período de **30 (trinta) meses**, a partir da data de assinatura, podendo ser rescindido antecipadamente ou prorrogado nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

## CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

**7.1** - Pelos serviços contratados, o Contratante pagará à Contratada, o VALOR TOTAL ESTIMADO DE **R\$.....** (.....), conforme valores especificados na Proposta Detalhada - anexo VII.

**7.1.1** - O pagamento será efetuado **mensalmente, de acordo com os serviços prestados durante o mês**, mediante ordem bancária em conta corrente, podendo ocorrer também por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, desde que satisfeitos os requisitos quanto às retenções devidas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do atestado da nota pelo fiscal, devendo ser encaminhada à Secretaria de Orçamento e Finanças para o pagamento.

**7.1.1.1** - Nos termos do **Instrumento de Medição de Resultado - IMR, anexo IV do edital**, o pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado - IMR, o qual define e padroniza a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA na execução do contrato de prestação de serviços, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser aplicado ao preço mensal do contrato.

**7.1.2** - Ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme o Instrumento de Medição de Resultado, conforme abaixo:

**7.1.2.1** - O pagamento mensal ficará **vinculado ao cumprimento dos níveis de serviços** definidos no **Anexo IV** do edital. O valor do pagamento mensal dos serviços (1) será calculado como **sendo o valor da fatura mensal, menos a soma de glosas e multas computadas e aplicáveis no período correspondente**.

$$(1) \quad \text{VPM} = \text{VFM} * (1 - \text{TGM})$$

Onde:

**VPM** = Valor a ser Pago no Mês

**VFM** = Valor do Faturamento Mensal

**TGM** = Total de Glosas no Mês

**7.1.2.2** - O Total de Glosas e Multas do período será calculado pelo apurado no mês correspondente, seguido pelas definições da Tabela 1 - **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (Anexo IV)**, dividido pelo quociente 720 (24h x 30 dias). As pontuações devidas são motivadas pelo descumprimento do acordo de níveis de serviços pela Contratada.

**Σ Pontos Recebidos**

(2) TGM = \_\_\_\_\_  
720

## 7.2 - Do documento fiscal:

**7.2.1** - O período para faturamento deverá ser mensal.

**7.2.2** - Os faturamentos seguirão a convenção de mês comercial - inclusive os proporcionais (pro rata die). Essa convenção também se aplicará a reajustes, repactuações, acréscimos, supressões, prorrogações e demais alterações contratuais supervenientes.

**7.2.2.1** - A emissão do documento fiscal deverá ocorrer no mês subsequente ao que faz referência.

**7.2.3** - Apresentar, **com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data do vencimento**, no TRE/PR (**Seção de Protocolo**), mensalmente, **as faturas (ramais e linhas diretas) na forma impressa ou de forma complementar, deverá também ser fornecido, via sítio na internet, arquivo no formato de planilha eletrônica ou outro formato estabelecido em comum acordo entre as partes**, relativo a cada Nota Fiscal de Serviço.

**7.2.4** - No arquivo deverão estar discriminados, obrigatoriamente, no mínimo, de forma detalhada, as seguintes informações:

- a) tipos de ligações tarifadas;
- b) códigos de acesso e localidades dos terminais de origem;
- c) códigos de acesso e localidades dos terminais de destino;
- d) código do serviço;
- e) descrição do serviço;
- f) data, horário, duração das ligações e número do telefone de destino;
- g) valores e descontos oferecidos;
- h) mês/ano de referência.
- i) número da fatura

**7.2.5** - O ciclo de faturamento deverá ser correspondente ao mês fechado, ou seja, do primeiro dia ao último dia do mês o qual foi realizado o serviço.

**7.2.6** - O pagamento será efetuado até a data de vencimento expressa na nota fiscal/fatura, desde que apresentada ao TRE/PR com antecedência mínima de vinte (20) dias da data do vencimento, ou disponibilizá-lo em meio virtual através de portal web no mesmo prazo acima mencionado.

**7.2.7** - A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a indicação resumida dos serviços a que se refira, executados no respectivo período de competência, sendo vedada a inclusão de serviços que não tenham sido expressamente contratados/requisitados pelo TRE/PR.

**7.2.8** - O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, [saa@tre-pr.jus.br](mailto:saa@tre-pr.jus.br) e [csta@tre-pr.jus.br](mailto:csta@tre-pr.jus.br), em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

**7.2.8.1** - O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

**7.2.8.2** - Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores mensais,
- Número do contrato;
- Banco; Agência; Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA).

**7.2.8.3** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

### **7.3** - Das condições do pagamento:

**7.3.1** - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

**7.3.2** - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, em parcela única, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**7.3.2.1** - Prazo para atestado da Nota fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

**7.3.2.1.1** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**7.3.2.2** - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 20 (vinte) dias corridos** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**7.3.2.3** - Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.3.3** - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.8.2.

**7.3.3.1** - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

**7.3.4** - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

**7.3.5** - Na eventual ocorrência de atraso de pagamento, e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo



TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

#### **7.4 - Da regularidade fiscal:**

**7.4.1** - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**7.4.1.1** - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**7.4.1.1.1** - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

**7.4.2** - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**7.4.2.1** - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

#### **7.5 - Da substituição tributária:**

**7.5.1** - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. 116/2003 e L. C. 123/06, conforme o objeto da contratação.

##### **7.5.2 - Dos tributos federais:**

**7.5.2.1** - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

**7.5.2.2** - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

**7.5.2.3** - A nota fiscal, cuja empresa contratada seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

##### **7.5.3. - Da retenção previdenciária:**

**7.5.3.1** - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

#### **7.5.4 - Da retenção do ISS:**

**7.5.4.1** - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C.116/03.

**7.5.4.2** - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

**7.5.5** - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

### **CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA (Art. 56 da Lei 8.666/93)**

**8.1** - Para cumprimento das obrigações, será apresentada pela Contratada, impreterivelmente, em até 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura deste contrato, garantia contratual sob custódia do TRE/PR, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, no valor de R\$ ..... meses além da vigência contratual, até ..... em conformidade com o art. 56, §2º da Lei nº 8.666/93, cabendo à contratada optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

II - Seguro garantia.

III - Fiança bancária.

**8.1.1** - O Seguro garantia ou fiança bancária deverá ter número, nome do banco emitente, valor declarado, prazo de validade e número do acordo a ser assinado.

**8.1.2** - A CONTRATADA deverá tomar as providências necessárias à apresentação da garantia com vista ao cumprimento do prazo estabelecido no item 9.1, sendo que, uma vez não cumprido rigorosamente o prazo concedido, a empresa estará sujeita às penalidades previstas neste Contrato.

**8.1.3** - A Garantia Contratual deverá abranger cobertura de **EXECUÇÃO CONTRATUAL**, sendo que, deverão estar de forma expressa na apólice a previsão desta cobertura, sob pena de recusa por este Tribunal.

**8.1.4** - As garantias estabelecidas no item 8.1 deverão ser emitidas em real, apresentar validade de 03 (três) meses além da vigência contratual, permitindo assim que a Administração conclua todas as verificações necessárias quanto ao fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais.

**8.1.4.1** - A devolução da garantia fica condicionada ao pleno cumprimento de todas as obrigações contratuais.

**8.2** - No caso de o contrato ser prorrogado ou acrescido, a empresa deverá prorrogar ou crescer a garantia, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período a critério do contratante, após solicitação pela Seção de Contratos.

### **CLÁUSULA NONA: DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**

**9.1** - Os preços serão reajustados, a cada 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta (Data da abertura da Licitação), segundo a variação do IST - Índice de Serviços de Telecomunicações, divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, ou outro índice que venha a substituí-lo.

**9.2** - A Contratada deverá encaminhar ao Contratante para análise, as comprovações documentais pertinentes à concessão do reajuste.

**9.3** - Na hipótese da Anatel determinar a redução das tarifas, a Contratada deverá repassar ao Contratante, a partir da mesma data-base, as tarifas reduzidas.

**9.4** - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro por meio de documentação que evidenciem a majoração dos custos, avaliados face às planilhas de composição de preços pertinentes e após ampla pesquisa de mercado.

**9.5** - A revisão deferida pelo Contratante será concedida retroativamente à data em que foi protocolado o pedido pela Contratada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DO GESTOR DO CONTRATO**

**10.1** - A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

**10.2** - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

**10.2.1** - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

**10.3** - Nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 67, parágrafos 1º e 2º, caberá aos gestores:

a) receber e atestar a nota fiscal referente à aquisição encaminhando a fatura pertinente ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE/PR para pagamento.

b) acompanhar o fornecimento de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

c) Comunicar à CONTRATADA via e-mail, carta ou ofício, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto.

d) Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Gestão Administrativa, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constante de formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela CONTRATADA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1**- O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o

contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções de acordo com o capítulo IV da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02:

**a)** advertência.

**b)** Multas:

**1.** Multa de 1,0% (um por cento) ao dia pelo atraso na execução dos serviços e aos prazos estipulados, neste contrato e seus anexos, incidente sobre o valor total inadimplido, limitada a 10 (dez) dias. Após esse prazo, será considerado inadimplemento parcial, com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço inadimplido, limitado a 30 (trinta) dias. A partir do 31º dia de atraso, será considerado inadimplência total, observada a proposta da CONTRATADA.

**2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela má execução dos serviços ou execução incompatível com o contratado, sem prejuízo da correção dos defeitos e irregularidades verificados;

**3.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, pela interrupção injustificada na prestação dos serviços ou por inadimplência reiterada, que obrigue o CONTRATANTE pedir a rescisão.

**4.** Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da fatura mensal, pela recusa na prestação dos serviços de acordo com as condições e especificações contratadas, ou pelo não atendimento a quaisquer das obrigações pactuadas, que implique prejuízo ao contratante.

**5.** multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato pela cessação da prestação dos serviços ou pelo inadimplemento total do contrato.

**c)** Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei 10.520/2002, bem como o descredenciamento do Sicaf, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Parágrafo único – A sanção prevista na Cláusula Décima Primeira, alínea “c”, poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, com a pena de multa.

**11.2** - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>1</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**11.3** - A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**12.1** - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados no art. 78 a 80 da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

---

<sup>1</sup> Artigo 1.º, inciso I da Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012

**13.1** - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

**14.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**14.2** - E, por estarem assim justas e contratadas assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, .....de ..... de 20.....

.....  
Representante Legal  
p/Contratada

**Dr. Valcir Mombach**  
Diretor-Geral - TRE/PR  
p/Contratante